

# NOTA TÉCNICA

## REVISÃO METODOLÓGICA DAS CONTAS NACIONAIS E PRINCIPAIS IMPACTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DO PIB E SEUS COMPONENTES

Leonardo Mello de Carvalho<sup>1</sup>

José Bruno Ramos Torres Fevereiro<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A revisão das séries históricas do Sistema de Contas Nacionais (SCN) do Brasil é uma atividade realizada periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo em vista, de modo geral, manter a pesquisa atualizada perante as transformações na estrutura da economia. Além disso, a atual revisão justifica-se também pela necessidade de adequar nosso sistema às recomendações do novo manual internacional de contas nacionais, o System of National Accounts (SNA), de 2008, da Organização das Nações Unidas (ONU), e, assim, tornar mais eficaz a comparação com a maioria dos países, que já havia adotado as novas recomendações. Nesse contexto, a atualização das contas nacionais também incorporou a revisão da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), novas fontes de informação e pesquisas de referência à base de dados.

Para dar conta da complexidade dos trabalhos realizados, houve uma interrupção na divulgação das contas anuais em 2011, sendo o último dado definitivo referente a 2009,<sup>3</sup> e os esforços ficaram concentrados no projeto da revisão das contas nacionais. Contornando este vácuo, os dados referentes ao produto interno bruto (PIB) trimestral continuaram a ser divulgados para o período entre o primeiro trimestre de 2010 e o terceiro de 2014, considerando-se os resultados das contas nacionais trimestrais como informações oficiais. Com a recente divulgação, a nova série passa a ter 2010 como ano de referência, sendo retropolada até 2000 nas contas nacionais anuais; e até 1995, nas trimestrais.

---

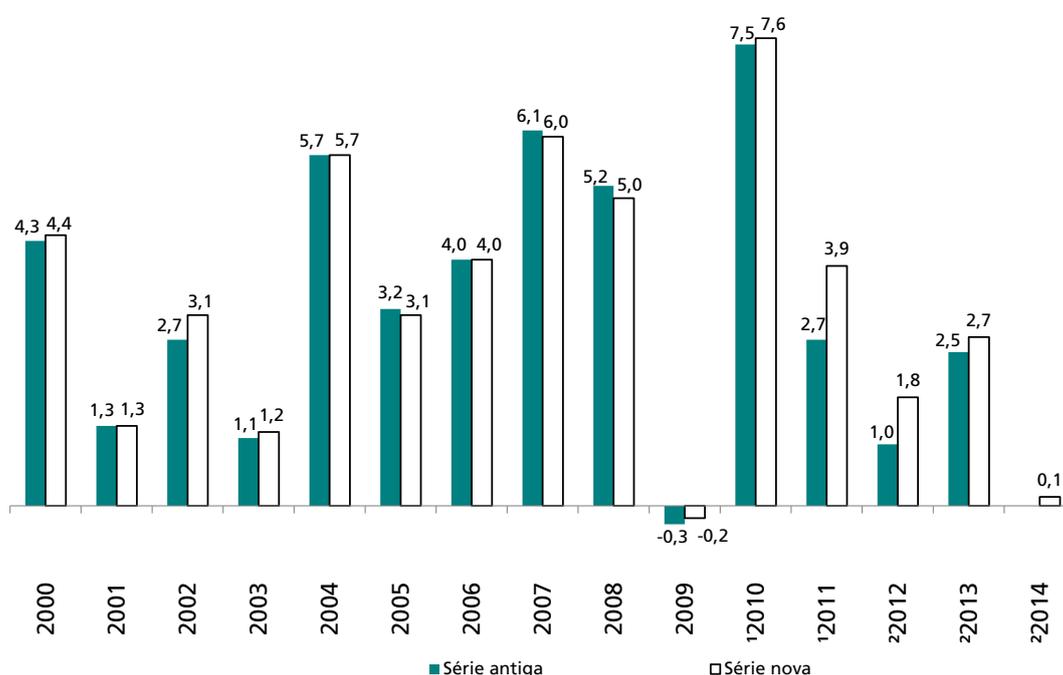
1. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

2. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) da Dimac do Ipea.

3. Vale lembrar que as contas nacionais definitivas, baseadas nas Tabelas de Recursos e Usos (TRUs) e nas Contas Econômicas Integradas (CEI), são tradicionalmente divulgadas com dois anos de defasagem.

Em termos de tendência de crescimento, numa visão mais abrangente, o impacto das mudanças foi, até certo ponto, limitado. O crescimento do PIB real aumentou, em média, apenas 0,2 pontos percentuais (p.p.) no período entre 2000 e 2013. As principais alterações ocorreram nos resultados de 2011 e 2012, que tiveram o crescimento do PIB revisado em 1,2 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente (gráfico 1). Além dos efeitos provocados pelas mudanças metodológicas em si, o fato de as alterações mais significativas nas taxas de crescimento terem sido concentradas no período mais recente, e não na série como um todo, chama atenção para outro possível fator explicativo, que está associado aos diferentes conjuntos de informação utilizados no cálculo do PIB anual, em comparação ao cálculo do PIB trimestral. Enquanto as séries trimestrais produzem uma estimativa preliminar do PIB, tendo por base um conjunto de pesquisas com maior frequência de divulgação, por exemplo, a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), as contas nacionais anuais utilizam um conjunto ampliado de informações, incluindo também as séries provenientes das pesquisas setoriais anuais, que geram a estimativa definitiva para o PIB.

GRÁFICO 1  
Taxa de crescimento do PIB real antes e após a revisão (2000-2014)



Fonte: SCN/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Notas: <sup>1</sup> Valores da série antiga estão baseados nas contas nacionais trimestrais.

<sup>2</sup> Valores baseados de ambas as séries nas contas nacionais trimestrais.

## 2 AS PRINCIPAIS MUDANÇAS METODOLÓGICAS

A base de dados do novo SCN passou a incorporar novas pesquisas-marco (ou de referência) do IBGE, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008-2009, o Censo Agropecuário 2006 e o Censo Demográfico 2010. Além disso, o conjunto de informações foi alterado pelas atualizações da matriz de consumo intermediário, com dados provenientes da Pesquisa de Consumo Intermediário (PCI) de 2010;<sup>4</sup> das margens de transportes e comércio; e da matriz de impostos, levando em consideração a nova estrutura de consumo e as revisões das alíquotas.

Além das atualizações já mencionadas, novas fontes de informação foram acrescentadas à base de dados, tais como: *i*) Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF); e *ii*) índice de preços ao produtor (IPP), aplicado especificamente a setores da indústria de transformação. Houve também um aprofundamento no uso das bases já existentes como: *i*) Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); *ii*) Sistema Finanças do Brasil da Secretaria do Tesouro Nacional (Finbra/STN); *iii*) Sistema integrado de Administração Financeira (Siafi) da STN; e *iv*) Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (Datusus/MS).

O mais recente SCN adota nova classificação de produtos e atividades, integrada à Cnae 2.0 e compatível com a classificação internacional mais atual (International Standard Industrial Classification – ISIC rev.4, da ONU), já incorporada nas versões mais recentes das pesquisas setoriais anuais como a Pesquisa Industrial Anual (PIA), a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), a Pesquisa Anual de Comércio (PAC) e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (Paic), que continuam como pesquisas estruturantes no SCN.

Ademais, o IBGE promoveu aprimoramentos importantes na mensuração da produção de algumas atividades. Entre estas, destacam-se: *i*) alteração do cálculo do índice de volume do valor da produção (VP) da construção civil, de modo a incorporar a variação de remuneração do trabalho, obtida pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), deflacionados pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA); *ii*) mudança na mensuração do índice de volume da saúde pública, que passa a utilizar sistema de ponderação por tipo de procedimento e internação; *iii*) tratamento das usinas termelétricas na atividade energia elétrica, que altera a relação entre o valor adicionado bruto (VAB) e o consumo intermediário; e *iv*) o uso do IPP no deflacionamento de parte dos dados da indústria de transformação nas contas nacionais.

---

4. Exceção feita à estrutura do consumo intermediário da agropecuária, que teve como base o Censo Agropecuário 2006.

Quanto às recomendações do SNA de 2008, a principal alteração em relação à versão anterior se deu no entendimento de quais gastos devem ser contabilizados como investimento. Perante as novas recomendações, alguns ativos intangíveis, antes entendidos como consumo intermediário, foram reclassificados como formação bruta de capital fixo (FBCF), ampliando a fronteira para a classificação de ativos fixos. Entre essas novas categorias de ativos fixos, estão: *i*) pesquisa e desenvolvimento (P&D); *ii*) exploração e avaliação de recursos minerais; *iii*) aquisição de *softwares* e de banco de dados; *iv*) originais de entretenimento, literatura e artes; e *v*) outros produtos de propriedade intelectual. Os três primeiros grupos foram incorporados à FBCF no SCN – referência 2010. No entanto, por limitação da capacidade de coleta das informações, os demais ainda não foram incluídos, a exemplo do que ocorre em diversos países.

### 3 IMPACTOS NO DESEMPENHO DO PIB E DOS PRINCIPAIS COMPONENTES

Um dos principais efeitos das mudanças introduzidas pelo SCN – referência 2010 no PIB da economia, conforme ocorrido na maioria dos países, foi um aumento no resultado nominal em toda a série histórica, como mostra a tabela 1. Na nova série, o PIB corrente em termos nominais é superior ao da série antiga em uma proporção crescente, sendo 5,6% superior àquela estimada na antiga metodologia para 2011. A taxa de crescimento real do PIB ao longo das duas séries, por sua vez, é bastante similar, com exceção feita aos anos de 2011 e 2012. Desse modo, grande parte da crescente diferença no PIB nominal entre as duas séries refletiu-se em deflatores implícitos maiores na nova série, especialmente após 2005.

TABELA 1  
PIB corrente (2000-2014)

Ano	PIB corrente			Crescimento real do PIB		Deflator implícito	
	Antiga	Nova	Diferença	Antiga	Nova	Antiga	Nova
	(R\$)		(%)	(%)		(%)	
2000	1.179.482	1.202.377	1,9	4,3	4,4	6,2	5,4
2001	1.302.136	1.316.318	1,1	1,3	1,3	9,0	8,1
2002	1.477.822	1.491.183	0,9	2,7	3,1	10,6	9,9
2003	1.699.948	1.720.069	1,2	1,1	1,2	13,7	14,0
2004	1.941.498	1.958.705	0,9	5,7	5,7	8,0	7,8
2005	2.147.239	2.171.736	1,1	3,2	3,1	7,2	7,5
2006	2.369.484	2.409.803	1,7	4,0	4,0	6,1	6,7
2007	2.661.344	2.718.032	2,1	6,1	6,0	5,9	6,4
2008	3.032.203	3.107.531	2,5	5,2	5,0	8,3	8,9
2009	3.239.404	3.328.174	2,7	-0,3	-0,2	7,2	7,4
2010 <sup>1</sup>	3.770.085	3.886.835	3,1	7,5	7,6	8,2	8,6
2011 <sup>1</sup>	4.143.013	4.374.765	5,6	2,7	3,9	7,0	8,3
2012 <sup>2</sup>	4.392.094	4.713.096	7,3	1,0	1,8	3,2	3,7
2013 <sup>2</sup>	4.844.815	5.157.569	6,5	2,5	2,7	9,2	7,5
2014 <sup>2</sup>	n.d.	5.521.256	n.d.	n.d.	0,1	n.d.	4,2

Fonte: SCN/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Notas: <sup>1</sup> Valores da série antiga estão baseados nas contas nacionais trimestrais.

<sup>2</sup> Valores baseados em ambas as séries nas contas nacionais trimestrais.

Obs.: dado não disponível (n.d.).

### 3.1 Componentes da demanda

Como já mencionado, as maiores diferenças nas taxas de crescimento reais entre as duas metodologias ocorreram no período de 2010 a 2012. Em 2010, o resultado agregado foi bastante similar. A revisão de 0,10 p.p. na nova série decorre de uma variação fortemente positiva nos estoques, somada a uma pequena redução do vazamento externo (tabela 2). Contudo, os principais componentes de demanda interna tiveram uma revisão do crescimento para baixo. Na nova série, a expansão do consumo das famílias (*CF*) foi 0,5 p.p. menor, enquanto as taxas de crescimento do consumo da administração pública (*APU*) e da *FBCF* reduziram-se 0,3 p.p. e 3,5 p.p., respectivamente. Vale destacar que, isoladamente, a redução nas taxas da demanda interna (*CF + APU + FBCF*) resultaria em um decréscimo de 1,01 p.p. no crescimento do PIB na série revisada em relação ao resultado apurado anteriormente. Por sua vez, a revisão nos resultados das exportações líquidas contribuiu positivamente. A queda de 1,8 p.p. no crescimento das importações e o aumento de 0,2 p.p. nas exportações contribuíram em 0,26 p.p. para a diferença entre a série do PIB revisada e a antiga. Portanto, não fosse a contribuição dos estoques, o PIB na nova série seria aproximadamente 0,74 p.p. inferior ao estimado pelas contas trimestrais antigas.

TABELA 2  
Taxas de crescimento dos componentes da demanda (1996-2014)  
(Em p.p.)

Ano	Referência	PIB	Consumo das famílias	Consumo da administração pública	FBCF	Exportação	Importação
Média ao ano (a.a.) 1996-2009	Antiga	2,8	2,8	2,3	3,6	7,6	6,1
	Nova	2,9	2,9	2,1	3,3	7,4	6,0
2010	Antiga <sup>1</sup>	7,5	6,9	4,2	21,3	11,5	35,8
	Nova	7,6	6,4	3,9	17,8	11,7	33,6
2011	Antiga <sup>1</sup>	2,7	4,1	1,9	4,7	4,5	9,7
	Nova	3,9	4,8	2,2	6,6	4,8	9,4
2012	Antiga <sup>1</sup>	1,0	3,2	3,3	-4,0	0,5	0,2
	Nova <sup>2</sup>	1,8	3,9	3,2	-0,6	0,5	0,7
2013	Antiga <sup>1</sup>	2,5	2,6	2,0	5,2	2,5	8,3
	Nova <sup>2</sup>	2,7	2,9	2,2	6,1	2,1	7,6
2014	Nova <sup>2</sup>	0,1	0,9	1,3	-4,4	-1,1	-1,0

Fonte: SCN/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Notas: <sup>1</sup> Valores da série antiga estão baseados nas contas nacionais trimestrais.

<sup>2</sup> Valores baseados em ambas as séries nas contas nacionais trimestrais.

Em 2011, houve uma revisão positiva para todos os elementos da demanda final, além de uma revisão para baixo em 0,3 p.p. no crescimento da importação. Como mostra a tabela 3, o aumento de 0,7 p.p. na taxa de crescimento das despesas de consumo contribuiu para explicar um terço (0,4 p.p.) da diferença observada entre as taxas de crescimento do PIB das duas séries (1,2 p.p.). A diferença de 1,9 p.p. no resultado da *FBCF* em 2011 também contribuiu, e de forma significativa, para a revisão

observada no PIB naquele ano, tendo adicionado mais um terço da diferença. A maior parte dos outros 0,4 p.p. foi explicada pela revisão positiva na série de variação de estoques (0,2 p.p.), enquanto os demais componentes contribuíram de forma marginal.

Em 2012, o aumento de 0,7 p.p. na taxa de crescimento do PIB foi reflexo, em grande parte, do aumento na taxa de crescimento da FBCF (3,4 p.p.) e do consumo das famílias (0,7 p.p.). A contribuição conjunta da revisão ocorrida nesses dois componentes resultou em uma diferença de 1,0 p.p. entre as duas séries do PIB. A diferença entre o PIB revisado e o antigo só não foi maior devido às contribuições negativas provenientes das revisões nas despesas de consumo do governo e na variação de estoques, que subtraíram o resultado em 0,3 p.p. conjuntamente.

**TABELA 3**  
**Contribuição à diferença entre as taxas de variação real, segundo os itens de despesa pelo lado da demanda (2011-2012)**

Itens de despesa	2011				2012			
	Varição real (%) – referência 2010	Varição real (%) – referência 2000	Diferença (p.p.)	Contribuição à diferença (p.p.)	Varição real (%) – referência 2010	Varição real (%) – referência 2000	Diferença (p.p.)	Contribuição à diferença (p.p.)
PIB a preços de mercado	3,9	2,7	1,2	1,2	1,8	1,0	0,7	0,7
Despesa de consumo das famílias	4,8	4,1	0,7	0,4	3,9	3,2	0,7	0,4
Despesa de consumo do governo	2,2	1,9	0,3	0,0	3,2	3,3	-0,1	-0,1
FBCF	6,6	4,7	1,9	0,4	-0,6	-4,0	3,4	0,6
Variação de estoques	-11,2	-42,3	31,2	0,2	-89,2	-196,0	106,8	-0,2
Exportação de bens e serviços	4,8	4,5	0,3	0,0	0,5	0,5	0,1	0,0
Importação de bens e serviços (-)	9,4	9,7	-0,3	-0,1	0,7	0,2	0,5	0,1

Fonte: SCN/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Obs.: os cálculos foram normalizados a fim de compatibilizar os diferentes níveis de desagregação entre as contas nacionais anuais e as trimestrais.

Com relação às diferenças entre as taxas de crescimento nas despesas de consumo das famílias, é importante destacar que as novas contas nacionais incorporam a POF 2008-2009, o que afeta diretamente os pesos de diversos itens na ponderação da série. Já as mudanças na mensuração do índice de volume da saúde pública podem explicar as alterações nos dados de despesas de consumo do governo. Na nova base, o índice de volume passa a levar em consideração, além do número de atendimentos, o tipo de procedimento ambulatorial e de doença executado. Assim, o índice desta atividade passa a ser auferido a partir de uma média ponderada pelo custo médio de cada tipo de procedimento e de internação por tipo de doença, na rede pública de saúde.

Como já destacado, o investimento foi o componente de demanda que sofreu a principal revisão metodológica nas novas contas nacionais, sendo afetado, por exemplo, pela inclusão de novos ativos fixos na categoria de FBCF. Estas alterações geraram importantes mudanças nas taxas de crescimento da FBCF e de seus componentes, assim como na participação relativa destes no total (tabela 4). Em termos de expansão em volume, as novas contas apresentaram uma FBCF crescendo, em média, 0,3 p.p. em relação ao resultado anterior no período entre 2001 e 2013. Esta diferença tornou-se mais dramática nos últimos três anos, quando este valor subiu para 2,1 p.p.

Com relação aos componentes da FBCF, a incorporação de gastos em P&D, a aquisição de *software* e de banco de dados, e a exploração e avaliação de recursos minerais na categoria outros ativos fixos elevaram a participação desta categoria na FBCF total em 5,1 p.p., em média, entre 2001 e 2013. Além disso, taxa real de crescimento médio deste componente foi a que apresentou maior revisão, ficando 3,0 p.p. acima do resultado anterior. Outro componente que aumentou significativamente sua participação na FBCF foi a construção civil. Parte deste resultado refletiu um aumento médio de aproximadamente 30%, em valores correntes, no VP, entre 2001 e 2013. Além disso, especialmente a partir de 2011, suas taxas de crescimento em volume registraram altas elevadas, provavelmente em decorrência da mudança no cálculo do seu índice de volume. Com isso, sua participação na FBCF se elevou 9,1 p.p., em média, nestes doze anos. Por sua vez, o componente máquinas e equipamentos registrou queda em termos nominais nas novas contas. As revisões ocorridas também representaram, em média, um aumento apenas marginal nas taxas de crescimento real deste componente. Com isso, sua participação na FBCF caiu sensivelmente, registrando um recuo médio de 14,2 p.p.

Por fim, ainda que tenham ocorrido mudanças metodológicas no cálculo das novas séries, não houve mudança nas pesquisas utilizadas como fonte de informações, como na revisão de 2007 do SCN – referência 2000, em que pesquisas como a Paic e a PIA foram incluídas na base de dados, sendo ambas mantidas como principal fonte de informação para os referidos setores no novo SCN.

TABELA 4  
**Taxas de crescimento e composição da FBCF (2001-2014)**  
 (Em %)

Ano	Taxas de crescimento								Composição da FBCF					
	FBCF		Construção civil		Máquinas e equipamentos		Outros		Construção civil		Máquinas e equipamentos		Outros	
	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova
2001	0,4	1,1	-2,0	-0,8	3,4	1,8	-0,6	9,1	46,5	56,2	45,8	31,2	7,7	12,5
2002	-5,2	-1,5	-3,8	0,8	-8,3	-6,8	4,1	1,7	47,3	57,8	44,3	30,0	8,4	12,1
2003	-4,6	-3,9	-5,7	-7,3	-3,6	-3,0	-3,7	8,5	44,2	53,6	46,8	32,7	9,0	13,7
2004	9,1	8,4	6,2	7,5	13,1	11,7	2,8	2,3	43,7	52,7	47,9	34,2	8,4	13,1
2005	3,6	2,3	1,0	-1,4	5,7	5,7	5,2	7,3	42,3	51,4	49,9	35,5	7,9	13,2
2006	9,8	6,1	4,9	2,2	14,5	12,1	5,8	1,5	40,4	49,4	51,7	37,4	7,9	13,3
2007	13,9	12,0	5,5	6,0	22,0	21,6	3,8	6,9	38,3	47,6	54,1	39,5	7,6	12,9
2008	13,6	12,7	9,3	7,2	18,3	21,2	1,7	6,7	36,3	45,0	56,7	42,8	7,0	12,2
2009	-6,7	-1,9	1,0	5,3	-12,5	-10,9	0,4	3,5	42,3	50,3	50,1	37,0	7,6	12,7
2010 <sup>1</sup>	21,3	17,8	12,9	11,9	30,4	29,8	8,0	4,6	40,7	49,5	52,5	39,1	6,9	11,4
2011 <sup>1</sup>	4,7	6,6	3,9	7,3	6,0	5,4	-0,4	7,6	41,4	50,1	52,4	38,2	6,2	11,6
2012 <sup>2</sup>	-4,0	-0,6	1,9	2,8	-9,1	-5,9	-0,7	2,1	43,8	52,3	49,7	35,4	6,5	12,3
2013 <sup>2</sup>	5,2	6,1	2,3	4,6	10,2	8,3	3,0	6,3	41,8	51,4	51,8	35,9	6,4	12,7
2014 <sup>2</sup>	n.d.	-4,4	n.d.	-3,3	n.d.	-9,5	n.d.	5,5	n.d.	52,6	n.d.	33,1	n.d.	14,3

Fonte: SCN/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Notas: <sup>1</sup> Valores da série antiga estão baseados nas contas nacionais trimestrais.

<sup>2</sup> Valores baseados em ambas as séries nas contas nacionais trimestrais.

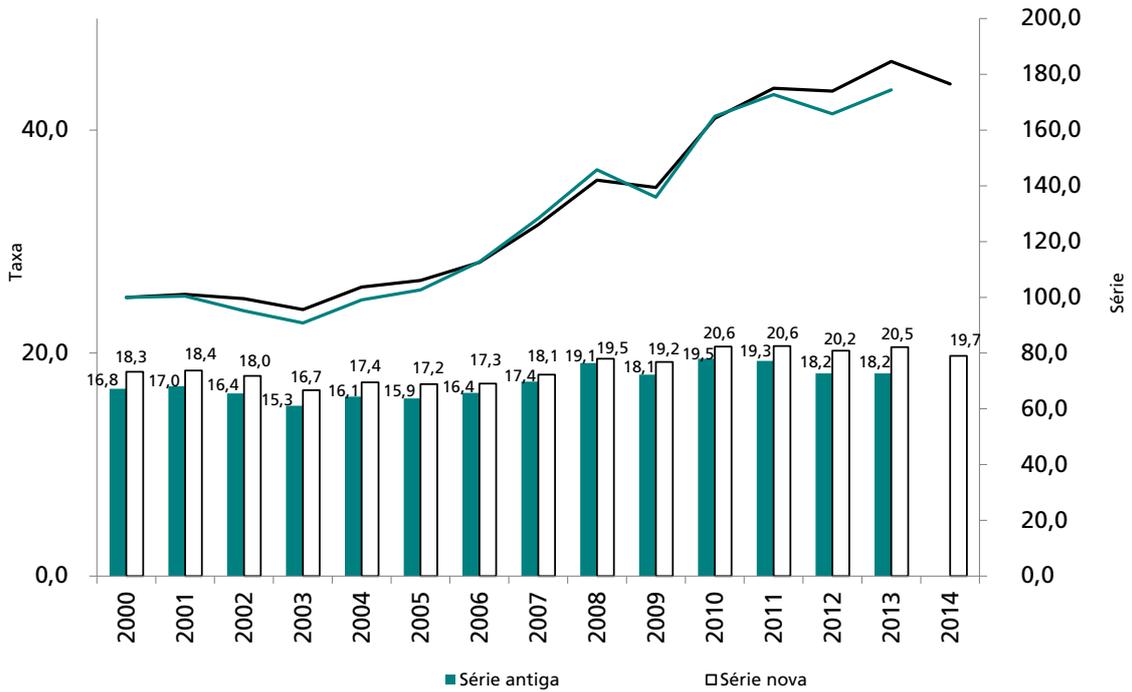
A forte revisão ocorrida na FBCF também provocou alterações significativas nas taxas líquidas de investimento, que aumentaram 1,3 p.p., em média, na comparação entre a série revisada e a anterior, no período 2000 a 2013. Além disso, como mostra o gráfico 2, a partir de 2010, a diferença entre as taxas de investimento são crescentes, passando de 1,1 p.p. para 2,3 p.p.<sup>5</sup> em 2013.

Parte desse resultado é explicada pelas revisões positivas ocorridas nas taxas de crescimento real da FBCF nas novas contas nacionais, especialmente a partir de 2011. Ao final de 2013, a nova série acumulava um crescimento real 10,2 p.p. maior que a antiga, na comparação a partir de 2000. Outra parte significativa do aumento das taxas de investimento verificado nas novas contas pode ser explicada pela elevação do seu custo relativo. Embora a tendência de queda anteriormente observada no preço relativo da FBCF em relação ao PIB ainda possa ser observada, sua trajetória se mostrou mais suave que aquela sugerida antes das modificações (gráfico 3).

5. Diferença que seguiu se acentuando até o terceiro trimestre de 2014, que é o último ponto em que há informações para as duas séries, quando a diferença entre as taxas de investimento chega a 3,0 p.p.

GRÁFICO 2

**Taxa líquida do investimento<sup>1</sup> e série encadeada da FBCF<sup>2</sup> (2000-2014)**



Fonte: SCN/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

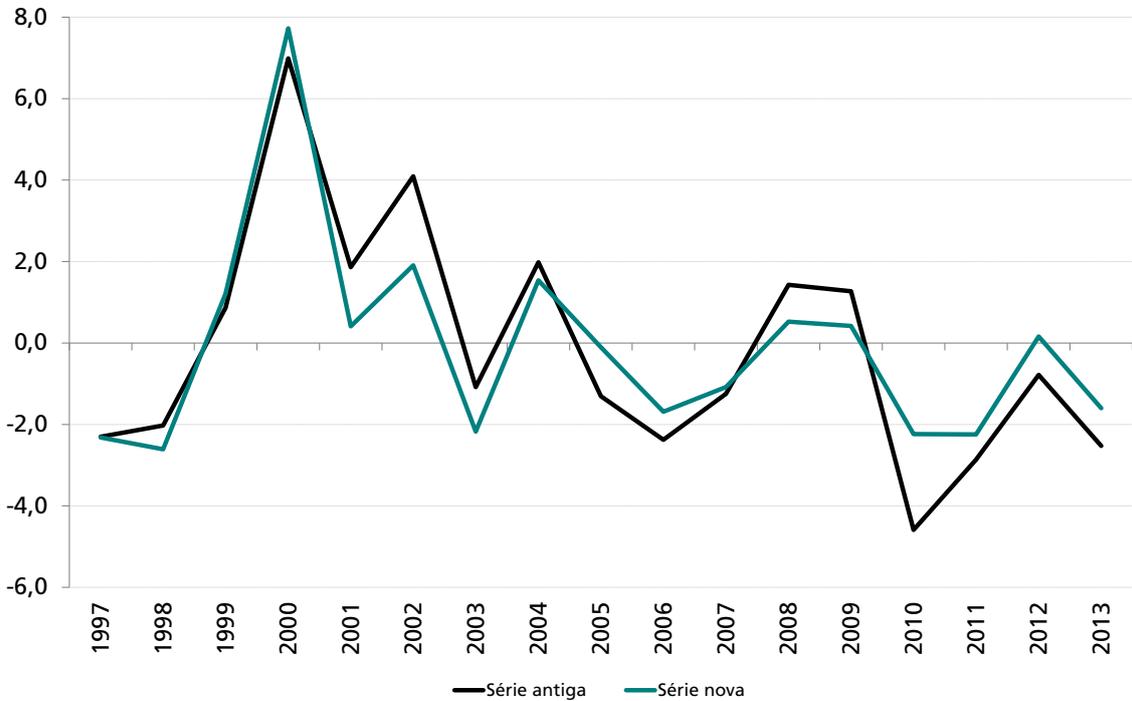
Notas: <sup>1</sup> A preços correntes, em % do PIB.

<sup>2</sup> Ano-base: 2000=100.

GRÁFICO 3

**Variação anual dos deflatores FBCF/PIB (1997-2013)**

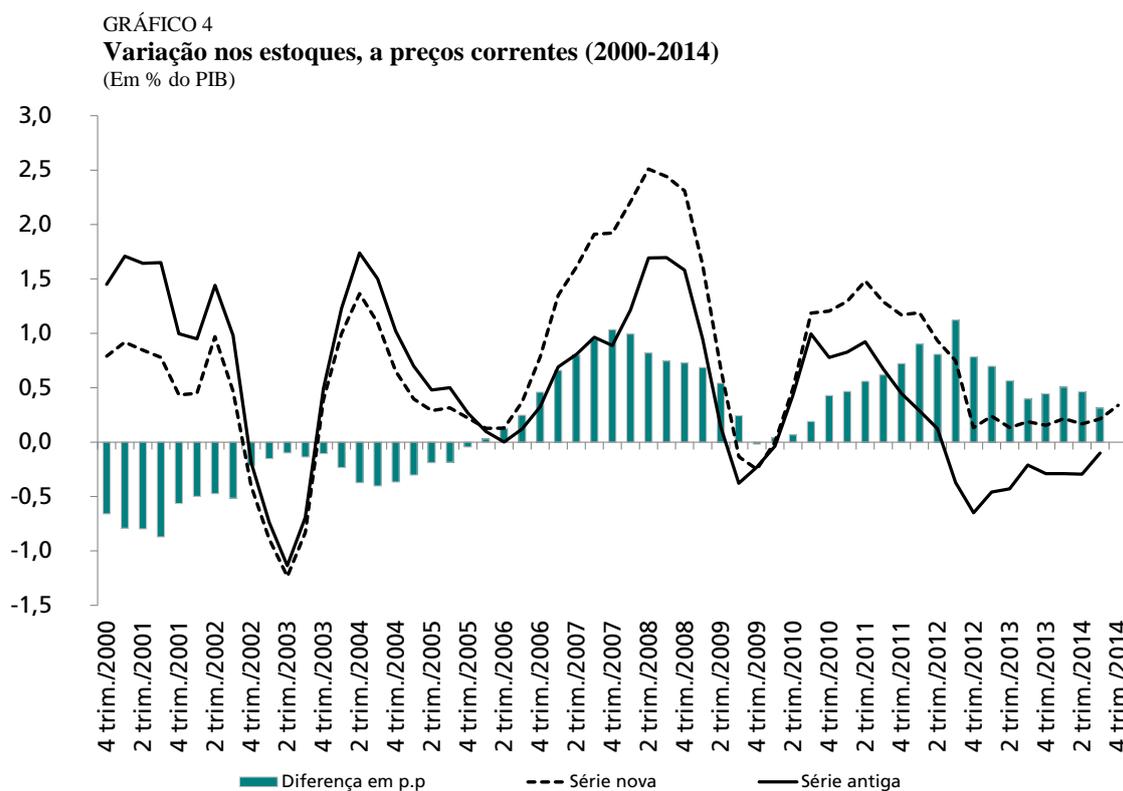
(Em p.p.)



Fonte: SCN/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Como foi destacado anteriormente, o comportamento registrado pela variação dos estoques nas novas contas nacionais contribuiu de forma positiva para o aumento das taxas de crescimento do PIB, especialmente a partir do segundo trimestre de 2010, quando a trajetória das duas séries voltou a descolar. Esta diferença, no acumulado em quatro trimestres, chegou a 1,1 p.p. do PIB no terceiro trimestre de 2012 (gráfico 4). Da mesma forma, a trajetória da variação de estoques foi importante para explicar o aumento da taxa bruta de investimentos, que, embora continue apresentando um ritmo declinante nos últimos anos, alcançou o valor de 20,2% do PIB na nova série, em comparação a 17,1% na série anterior.



Fonte: SCN/IBGE.  
 Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

### 3.2 Componentes da oferta

As novas contas nacionais também trouxeram alterações significativas nas taxas de crescimento dos componentes da oferta, assim como na série de impostos líquidos de subsídios. Como pode ser observado na tabela 5, na média, as taxas de crescimento entre 1996 e 2009 das duas séries são relativamente parecidas, ainda que alguns componentes tenham apresentado diferenças não desprezíveis em determinados anos. O período mais recente, entretanto, vem apresentando alterações mais sistemáticas nas taxas de seus componentes. Este é o caso, por exemplo, da construção civil, cuja inclusão da variação da remuneração de sua força de trabalho no cálculo do VAB,

juntamente com a evolução real dos insumos utilizados no setor, resultou em um aumento na taxa de crescimento desse setor em todos os anos da série.

TABELA 5  
**Taxas de crescimento dos componentes da oferta (1996-2014)**  
 (Em p.p.)

Grupo de atividades	Média a.a. 1996-2009		2010		2011		2012		2013		2014
	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Nova
PIB a preços de mercado	2,8	2,9	7,5	7,6	2,7	3,9	1,0	1,8	2,5	2,7	0,1
Impostos líquidos de subsídios	3,2	3,2	11,7	10,8	4,3	5,3	1,6	3,2	3,5	3,4	-0,3
VAB	2,7	2,8	6,9	7,0	2,5	3,7	0,9	1,5	2,3	2,6	0,2
Agropecuária	3,6	3,6	6,3	6,8	3,9	5,6	-2,1	-2,5	7,3	7,9	0,4
Indústria	1,7	1,8	10,4	10,4	1,6	4,1	-0,8	0,1	1,7	1,8	-1,2
Indústria extrativa	4,0	4,1	13,6	14,8	3,2	3,3	-1,1	-0,8	-2,2	-2,5	8,7
Indústria de transformação	1,2	1,4	10,1	9,5	0,1	2,2	-2,4	-0,9	2,7	2,0	-3,8
Construção civil	2,1	2,2	11,6	13,1	3,6	8,3	1,4	2,8	1,6	4,7	-2,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,0	2,7	8,1	6,5	3,8	5,6	3,5	0,4	2,9	0,4	-2,6
Serviços	3,0	3,1	5,5	5,8	2,7	3,4	1,9	2,4	2,2	2,5	0,7
Comércio	2,6	2,4	10,9	11,1	3,4	2,3	0,9	1,6	2,9	3,5	-1,8
Transporte, armazenagem e correio	2,6	2,5	9,2	11,4	2,8	4,3	1,9	1,2	3,1	5,8	2,0
Serviços de informação	6,5	6,5	3,7	5,6	4,9	6,5	4,2	5,4	5,7	6,5	4,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,1	4,4	10,0	9,4	3,9	5,3	0,7	2,2	1,5	1,7	0,4
Atividades imobiliárias	2,8	2,5	3,7	4,9	2,3	1,8	2,2	3,1	0,7	0,0	0,1
Outros serviços	3,4	3,5	1,7	3,3	1,4	4,7	2,2	4,4	2,3	4,5	3,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	2,6	2,6	2,3	2,2	2,3	1,9	2,3	1,0	2,2	1,8	0,5

Fonte: SCN/IBGE.  
 Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

No caso da agropecuária, a revisão parece ter resultado em uma série mais volátil, uma vez que as taxas de crescimento foram revisadas para cima em anos de crescimento, como 2010 (0,5 p.p.), 2011 (1,7 p.p.) e 2013 (0,6 p.p.), e para baixo em anos de retração, como 2012 (-0,4 p.p.). Além das alterações resultantes da adoção do Censo Agropecuário 2006, o IBGE destaca que a diferença na revisão dos dados de 2012 e 2013 decorreu, em grande medida, da incorporação de novas fontes estruturais anuais de informação do próprio instituto, como a pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM), a Produção da Pecuária Municipal (PPM) e a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), que substituíram os dados de pesquisas conjunturais anteriormente utilizados.

A indústria de transformação não teve grandes alterações conceituais, sendo algumas das principais a incorporação do IPP no deflacionamento do VP de certos produtos e aquelas decorrentes da reclassificação de atividades pela Cnae 2.0. Ainda assim, as taxas de crescimento da atividade sofreram alterações significativas, tendo

sido revisadas para cima em 2011 (2,1 p.p.) e 2012 (1,5 p.p.), e para baixo em 2010 (-0,6 p.p.) e 2013 (-0,7 p.p.). Uma possível explicação para as alterações referentes ao período de 2010 a 2012 pode estar relacionada à discrepância entre a série da PIA e da proxy utilizada para o dado trimestral, baseada na PIM-PF, cuja abrangência geográfica e de produtos é menor. Ademais, a própria PIM-PF foi alvo de uma revisão recente, que atualizou o sistema de ponderação dos produtos com base na PIA de 2010, já baseada na Cnae 2.0.<sup>6</sup> Os dados da atividade fundamentados na reformulação da PIM-PF já estavam incorporados no cálculo do PIB trimestral de 2013 e de 2014 da antiga série; os de 2010 a 2012, porém, não haviam sido revisados com base na nova metodologia.

Como mencionado, a atividade de construção civil teve uma importante mudança na mensuração dos índices de volume de sua produção. As novas contas nacionais passaram a incorporar, além da evolução dos insumos típicos usados nesta atividade e no SCN – referência 2000, a variação do fator trabalho a partir dos dados de remuneração deflacionados pelo IPCA, obtidos pela Sinapi. Dessa forma, o índice de volume da produção passa a ser obtido a partir de uma média ponderada dos índices de volume dos insumos e das remunerações de acordo com a participação de cada no consumo intermediário e no VAB. A incorporação dessas novas informações refletiu-se no aumento das taxas de crescimento da atividade. O aumento mais expressivo observado foi em 2011, ano em que o crescimento pela nova série foi de 8,3% em comparação a um aumento de 3,6% na série antiga.

A série da atividade de produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana foi outra que apresentou significativas alterações. Se em 2010, 2012 e 2013 a revisão nesta série reduziu a taxa de crescimento da atividade, em 2011 houve um incremento. Esse comportamento errático parece estar associado ao tratamento dado às usinas termoelétricas. O acionamento (ou desligamento) dessas usinas causa alterações no VAB no setor de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica (que passa a ser apresentado separadamente das atividades de água, esgoto e gestão de resíduos). Isto ocorre por um aumento dos custos em relação ao VP, aumentando o consumo intermediário e reduzindo o VAB para um mesmo VP. Cabe ainda ressaltar que essa alteração gera mudanças tanto na série a preços constantes quanto naquela a preços correntes. Além disso, as contas trimestrais apenas incorporam dados de eletricidade e gás, cujas atividades somadas representam cerca de 80% do VAB total do grupo. Esta opção é consequência da não disponibilidade de indicadores para o abastecimento de água e esgotamento sanitário no país em bases

---

6. Para mais informações, consultar: CARVALHO, Leonardo Mello de. Revisão metodológica da PIM-PF e impactos sobre a trajetória da produção industrial. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 105-110, jun. 2014.

trimestrais. Assim, a taxa de crescimento da atividade está sempre sujeita a revisões relevantes na divulgação das contas nacionais anuais em relação às trimestrais.

Destacam-se, também, as alterações na atividade imobiliária e nos outros serviços. A primeira decorre de alterações no modelo de estimativa do aluguel imputado, enquanto a atividade de outros serviços passou por importantes alterações em sua composição devido a alterações na Cnae 2.0 em relação à versão anterior. Na nova classificação, as sedes de empresas industriais passam a ser contabilizadas como serviços administrativos, cujo VAB passa a ser considerado como consumo intermediário da indústria. Além dessa alteração, na Cnae 2.0, o setor de serviços de manutenção e reparação foi desmembrado e distribuído em outros setores, que não necessariamente compõem a atividade.

Ainda com relação à atividade de serviços, no âmbito das contas nacionais trimestrais (que ainda balizam os resultados de 2012 a 2014), cabe destacar a incorporação integral da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) como fonte adicional de dados para este setor, sobretudo em 2012, ano em que a pesquisa havia sido incorporada apenas parcialmente. Outrossim, os índices de volume de algumas atividades sofreram revisão em razão da incorporação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A tabela 6 apresenta a contribuição das alterações na taxa de crescimento de cada atividade para explicar a diferença na taxa de crescimento do PIB total entre a série antiga e a revisada em 2011 e 2012. Em 2011, a mudança na taxa de crescimento da indústria contribuiu com 0,6 p.p. da diferença de 1,2 p.p. na taxa de crescimento do PIB, sendo: 0,3 p.p. atribuído à variação na taxa de crescimento da indústria de transformação; 0,2 p.p., à alteração no dado da construção civil; e 0,1 p.p., às atividades de produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana. Devido ao seu maior peso na composição da oferta, a variação de 0,7 p.p. no crescimento do VAB dos serviços contribuiu com 0,4 p.p., sendo este resultado derivado basicamente da diferença na taxa de crescimento da atividade de outros serviços, que foi 3,3 p.p. maior na série revisada.

TABELA 6  
**Contribuição à diferença entre as taxas de variação real, segundo os grupos de atividades pelo lado da oferta (2011-2012)**

Grupos de atividades	2011				2012			
	Variação real (%) – referência	Variação real (%) – referência	Diferença (p.p.)	Contribuição (p.p.)	Variação real (%) – referência	Variação real (%) – referência	Diferença (p.p.)	Contribuição (p.p.)
	2010	2000			2010	2000		
PIB a preços de mercado	3,9	2,7	1,2	1,2	1,8	1,0	0,7	0,7
Impostos líquidos de subsídios	5,3	4,3	1,0	0,2	3,2	1,6	1,6	0,2
VAB	3,7	2,5	1,2	1,0	1,5	0,9	0,6	0,5
Agropecuária	5,6	3,9	1,7	0,1	-2,5	-2,1	-0,4	0,0
Indústria	4,1	1,6	2,5	0,6	0,1	-0,8	0,8	0,2
Indústria extrativa	3,3	3,2	0,2	0,0	-0,8	-1,1	0,3	0,0
Indústria de transformação	2,2	0,1	2,1	0,3	-0,9	-2,4	1,5	0,2
Construção civil	5,6	3,6	2,0	0,1	2,8	1,4	1,4	0,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	8,3	3,8	4,4	0,1	0,4	3,5	-3,1	-0,1
Serviços	3,4	2,7	0,6	0,4	2,4	1,9	0,5	0,3
Comércio	2,3	3,4	-1,1	-0,1	1,6	0,9	0,7	0,1
Transporte, armazenagem e correio	4,3	2,8	1,5	0,0	1,2	1,9	-0,7	0,0
Serviços de informação	6,5	4,9	1,6	0,1	5,4	4,2	1,3	0,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	5,3	3,9	1,5	0,1	2,2	0,7	1,4	0,1
Atividades imobiliárias	1,8	2,3	-0,4	-0,1	3,1	2,2	0,9	0,1
Outros serviços	4,7	1,4	3,2	0,5	4,4	2,2	2,2	0,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	1,9	2,3	-0,4	-0,1	1,0	2,3	-1,3	-0,2

Fonte: Coordenação de Contas Nacionais/Diretoria de Pesquisa/IBGE.

A diferença no resultado observada em 2012 condiz com aquela de 2011. Contudo, faz-se importante destacar que, diferentemente de 2011, a contribuição da atividade de produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana é negativa em 0,1 p.p. no segundo ano, fruto da redução na taxa de crescimento de 3,1 p.p. Igualmente, evidencia-se que a revisão na taxa de crescimento da atividade de administração, saúde e educação públicas e seguridade social contribuiu em -0,2 p.p. para a diferença entre a série revisada e a antiga, evitando que a diferença na taxa entre estas duas séries fosse superior ao 0,7 p.p. observado.

Por fim, é importante destacar que as novas contas nacionais trouxeram alterações na participação das atividades no VAB total da economia, sendo parte destas alterações consequência das mudanças introduzidas pela adoção da Cnae 2.0. Chama atenção a perda de participação da indústria de transformação na nova série em relação à anterior, conforme pode ser visto na tabela 7. No entanto, esta decorre da reclassificação de atividades como edição, impressão e reprodução de gravações

(serviços de informação). Além disso, o SCN – referência 2010, seguindo a recomendação do SNA 2008, alterou o tratamento dado às sedes de empresas industriais que não exercem atividades industriais. Estas passaram a ser contabilizadas como serviços prestados a empresas, e o VAB gerado pelas sedes é considerado como consumo intermediário da indústria de transformação, não afetando o PIB total da economia, mas gerando realocação entre os setores. No entanto, em termos de tendência, a nova série mantém a perda de participação da indústria de transformação no PIB ao longo dos anos, consequência tanto de as taxas de crescimento do setor serem inferiores às da economia como de o deflator setorial ter sido inferior ao do PIB no período.

TABELA 7  
**Composição da oferta, em preços correntes (1996-2014)**  
 (Em %)

Grupos de atividades	Média a.a. 1996-2009		2010		2011		2012		2013		2014
	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Antiga	Nova	Nova
Agropecuária	5,9	5,7	5,3	4,9	5,5	5,1	5,3	5,3	5,7	5,6	5,6
Indústria	27,4	26,6	28,1	27,4	27,5	27,2	26,0	25,4	25,0	24,4	23,4
Indústria extrativa	1,8	2,0	3,0	3,3	4,1	4,4	4,3	4,4	4,1	4,3	4,0
Indústria de transformação	17,1	15,7	16,2	15,0	14,6	13,9	13,0	11,8	13,1	11,5	10,9
Construção civil	5,3	5,9	5,7	6,3	5,8	6,3	5,7	6,6	5,4	6,5	6,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,3	3,0	3,2	2,8	3,1	2,7	3,1	2,6	2,3	2,1	2,0
Serviços	66,7	67,8	66,6	67,8	67,0	67,7	68,7	69,4	69,3	70,0	71,0
Comércio	11,0	9,1	12,5	12,6	12,6	12,9	12,7	12,6	12,7	12,7	12,1
Transporte, armazenagem e correio	4,7	3,5	5,0	4,3	5,1	4,5	5,4	4,6	5,3	4,6	4,5
Serviços de informação	3,0	4,1	3,2	3,8	3,0	3,7	2,9	3,7	2,6	3,8	3,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	7,1	7,6	7,5	6,8	7,4	6,3	7,2	6,4	6,9	6,2	6,7
Atividades imobiliárias	15,2	16,6	14,3	15,7	14,5	15,9	15,7	16,6	15,7	16,6	17,0
Outros serviços	10,3	10,9	7,8	8,3	7,9	8,4	8,2	9,1	8,3	9,7	10,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	15,3	15,9	16,2	16,3	16,3	16,1	16,6	16,3	17,7	16,5	16,8
<b>VAB</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SCN/IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.